

Falta promotor na Bahia

Estudo mostra que o Estado tem a menor quantidade de membros por habitante no país

Fonte: CNMP/Ind (31/03/2015), Resolução CNMP nº 74.



*Índice de membros por população, em 100 mil habitantes.

O Ministério Público da Bahia (MP-BA) tem atualmente 3,92 promotores a cada 100 mil habitantes, proporção que o coloca na última posição da média nacional (5,64). Os números são do livro "Ministério Público, um retrato 2015", compilado anualmente pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

De acordo com a atual edição, entre 2011 e 2014, houve uma redução na quantidade de membros no MP baiano, cujo quadro encolheu de 561 para 550 promotores neste período.

"A média já é a pior do Brasil levando-se em consideração a Bahia

toda. Se analisarmos a realidade baiana, capital x interior, a situação fica ainda mais alarmante", aponta o promotor de Justiça Pablo Almeida, que atua na Promotoria Regional de Jacobina.

Levantamento feito por Almeida com base na publicação do CNMP, levando-se em conta a população da Bahia* (14.016.906) sem os habitantes da capital (2.902.927), mostra que a média no interior é ainda pior: são 2,65 promotores a cada 100 mil habitantes.

O dado pode ser refletido, por exemplo, na própria regional onde o promotor atua.

"Na regional a que pertenço, que não é nem mesmo a mais despovoada, temos 20 cidades. Segundo senso IBGE 2010, temos 423.898 habitantes. Destas 20 cidades, atualmente só temos promotor titular em Jacobina. Com a recente chegada de mais um colega, hoje somos seis. Ou seja, temos uma média de 1,4 promotores por 100 mil habitantes", compara Almeida, observando que a média nacional (de 15,1 promotores/100 mil habitantes) é dez vezes maior que a média da região, segundo levantamento de dados feito em julho de 2015.



Estudo feito pelo promotor Pablo Almeida também revela disparidade entre a capital e o interior.



DISPARIDADE

O estudo feito pelo promotor de Justiça Pablo Almeida em julho último, em cruzamento de dados com os números do livro "Ministério Público, um retrato 2015", também revela uma disparidade entre a capital e o interior do Estado. Segundo as contas do promotor após consultas no Siga - MP-BA, existem atualmente 259 membros em Salvador e 291 distribuídos nos demais municípios. "Isso significa dizer que 47% da carreira está concentrada na capital", diz Almeida.

O déficit de membros, agravado pela considerável redução de cargos providos no

interior, tem feito do exercício da substituição uma constante no *parquet* baiano (veja matéria na pág. 2). Dados relativos à quantidade de servidores por membro, levantados em 2014, por exemplo, também mostram que o MP-BA está aquém da média nacional, ocupando o 20º lugar da lista, com 1,7.

Já no item Gestão Estrutural, acerca dos MPs que adquiriram sedes próprias entre 2011 e 2014, o estudo do CNMP mostra que o MP-BA é um dos 27 estados que menos avançaram nesse quesito: saltou de sete para nove unidades no referido período. Entre os MPs nordestinos, a instituição baiana ocupa a antepenúltima posição nesse quesito.

SUBSTITUIÇÃO

Problemas no interior
(Pág. 2)

DIÁLOGO INTERINSTITUCIONAL

(Pág. 4)

PONTO DE VISTA

Senadora Lídice da Matta
(Pág. 4)

NACIONAL

PEC fere Constituição
(Pág. 3)

Promotores enfrentam problemas para exercer substituição

Ampeb expõe dificuldades à Corregedoria do MP e pede previsão orçamentária para novas nomeações



Promotores de Justiça que atuam nas comarcas baianas em regime de substituição apontam o déficit no quadro de profissionais e as dificuldades de deslocamento como os principais problemas enfrentados atualmente. A situação foi

exposta em ofício encaminhado pela presidente da Associação do Ministério Público do Estado da Bahia (Ampeb), Janina Schuenck, ao corregedor-geral do Ministério Público, Franklin Ourives Dias da Silva.

No documento, a presidente destaca a escassez de promotores de Justiça, sobretudo no interior (vide capa), e de servidores.

Outro ponto é a distância entre as promotorias de titularidade e as que são substituídas, que chega, em alguns casos, a mais de 500 km. O ofício foi remetido e entregue em mãos

após a Recomendação nº 03/2015, publicada pela Corregedoria-Geral, no Diário de Justiça Eletrônico (DJE) de 19/6, em que o órgão tece orientações quanto ao exercício da substituição.

Schuenck também ressalta o fato de que,

nas comarcas de entrância inicial e de entrância intermediária com Promotorias de Justiça vagas, 55 estão providas com juízes titulares, o que provoca maior demanda ao exercício da substituição. Participaram também do encontro com o corregedor; o vice-presidente da Ampeb, Millen Castro; a secretária-geral da associação, Patrícia Kathy Azevêdo; e o promotor-corregedor Paulo Gomes Júnior.

Atendendo em parte à solicitação da Ampeb, a Corregedoria publicou no Diário do Poder Judiciário nº 1481, em 3 de agosto de 2015, a Recomendação nº 04/2015, tornando a nº 03 sem efeito. No novo ato, o corregedor-geral Franklin Ourives Dias da Silva recomenda aos "promotores de Justiça que compareçam regularmente na Promotoria de Justiça que estiver atuando em caráter de substituição, automática ou por designação, e que estejam atentos, nas ocasiões, para o pleno exercício das atribuições que lhe forem afetas, inclusive quanto ao atendimento ao público".

Proposta orçamentária para 2016 deve contemplar despesas de pessoal

O Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça aprovou, por unanimidade, a proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) elaborada pelo Ministério Público estadual para execução em 2016. A matéria, apreciada em sessão no dia 24/8, foi enviada à Secretaria Estadual de Planejamento (Seplan) a fim de que seja consolidada como lei na Assembleia Legislativa. Apesar de anunciada maior participação orçamentária do MP no próximo ano, a presidente da Ampeb,

Janina Schuenck, acredita que ainda não é suficiente à demanda e defende incremento que possibilite de fato a recomposição monetária necessária à instituição.

Tal preocupação já foi externada em ofício enviado ao procurador-geral de Justiça, Márcio Fahel, no qual Schuenck aponta uma perda de participação orçamentária diante da receita do Estado nos últimos anos. "Considerando o que foi orçado para 2015 e o gasto com pessoal em 2014, por exemplo,

sem suplementação neste ano, será difícil a efetiva nomeação e posse dos candidatos aprovados. O MP não vinha acompanhado a evolução do crescimento da receita do Estado, perdendo participação no orçamento", disse a presidente da Ampeb, referindo-se a dados que constam do diagnóstico do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), após inspeção feita na Bahia em 2012, bem como às últimas leis orçamentárias estaduais.



A campanha "10 medidas contra a corrupção", recebeu o apoio da Ampeb, que articulou um ato em conjunto com o Ministério Público Federal na Bahia, na orla de Salvador, no dia 4 de outubro.

O objetivo foi recolher assinaturas de cidadãos que apoiam as medidas para aprimorar a prevenção,

Campanha visa elaborar projeto de lei de iniciativa popular para combater corrupção

o combate à corrupção e à impunidade. A meta é recolher 1,5 milhão de assinaturas para a formulação de um projeto de lei de iniciativa popular a ser apresentado no Congresso Nacional. Entre as medidas propostas estão a implementação de mecanismos que agilizem a tramitação das ações de improbidade administrativa e criminais, a maior responsabilização de partidos políticos, a criminalização do enriquecimento ilícito, o aumento das penas para corrupção de altos valores. A campanha, com adesão da Conamp e entidades filiadas, se tornou uma ação do Ministério Público brasileiro. O ato, na orla de

Salvador, teve as presenças da presidente da Ampeb, Janina Schuenck; da procuradora-chefe substituta da República na Bahia, Melina Flores; da presidente da Associação dos Magistrados da Bahia, Marielza Brandão Franco; do membro do Conselho Fiscal da Ampeb, o promotor de Justiça Adriano Assis e de representantes da Controladoria Geral da União. A íntegra das medidas e a ficha de assinatura estão disponíveis no site www.10medidas.mpf.mp.br.

Alexandre Cruz entra para galeria de ex-presidentes

O promotor de Justiça Alexandre Soares Cruz entrou para a galeria de ex-presidentes da Ampeb. Ele recebeu das mãos da atual presidente, Janina Schuenck, uma placa alusiva ao profissionalismo e a retidão de sua gestão em duas ocasiões: a primeira como vice-presidente, no período 2011-2013, e a segunda como presidente, no biênio 2013-2015.



EXPEDIENTE/CRÉDITOS

DIRETORIA

- **Presidente** - Janina Schuenck Brantes Sacramento
- **Vice-presidente** - Millen Castro Medeiros de Moura
- **Secretária-geral** - Patrícia Kathy Azevêdo Medrado Alves Mendes
- **Diretor Administrativo** - Edmundo Reis Silva Filho
- **Diretor Financeiro** - Ricardo de Assis Andrade
- **Directora Sociocultural** - Leila Adriana Vieira Seijo de Figueiredo
- **Diretor de Esportes** - Thyago de Oliveira Matos
- **Conselho Consultivo**: Paulo Marcelo de Santana Costa, Márcia Rabelo Sandes e Audo da Silva Rodrigues
- **Suplentes**: Lygia Jabur Abud
- **Conselho Fiscal**: Adriano Marcus Brito de Assis, Jandira Lima de Góes e Eny Magalhães Silva
- **Suplentes**: Yuri Lopes de Mello, Beneval Santos Mutim e Bruno Gontijo Araújo Teixeira

- **Coordenação editorial**: Cannal Assessoria em Comunicação
- **Jornalista responsável**: Carla Ferreira DRT/BA 1894
- **Diagramação e arte-finalização**: Arnoldo Miranda/Gato de AP
- **Colaboração**: Delseane Cunha e Alexandre Santos
- **Fotografia**: Ascom/Ampeb
- **Impressão**: PressColor • **Tipagem**: 1.000 exemplares

Projeto torna obrigatória presença do Ministério Público nas audiências de custódia

Associação nacional emitiu nova nota sobre a matéria que está em trâmite no Senado Federal

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) emitiu nova nota técnica em que faz ponderações acerca do Projeto de Lei do Senado nº 554/2011, que altera o § 1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de vinte e quatro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante.

Até o fechamento desta edição, o projeto encontrava-se sob análise do relator, senador João Capiberibe (PSB/AP), na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Parte da primeira nota técnica emitida pela Conamp, em julho de 2015, foi acolhida no Senado, mas a entidade ponderou que a matéria ainda necessita de reflexões para ser aprovada.

No documento, a Conamp salienta ser favorável à presença do MP nas audiências de custódia, mas pondera que o prazo de 24 horas para a apresentação do preso em flagrante à autoridade judicial é

preocupante. Segundo a entidade, levando-se em consideração a realidade brasileira, é importante que seja estabelecido um prazo mais factível para a apresentação física do preso ao juiz e que se prevejam que situações devidamente comprovadas poderão justificar que tal providência seja admitida em lei.

“A Corte Europeia de Direitos Humanos entende como viável o prazo de 3 a 4 dias para o procedimento e a ONU o define em 48 horas. Devido à falta de estrutura de diversas corporações públicas, a Conamp defende prazos mais elásticos a fim de evitar a soltura de autores de crimes apenas pela não realização de audiência de custódia”, argumenta a entidade.

Na nova nota técnica, emitida em outubro, a Conamp externa preocupações com o fato de a matéria prever que o termo de audiência de custódia fique em auto apartado e não possa ser usado como prova. “O termo de audiência de custódia não só pode como deve ser usado como prova, uma vez que produzido sob o crivo do contraditório, consistindo grave

equívoco ocultar seu conteúdo”, argumenta a entidade, que pondera ainda a necessidade de uma *vocatio legis* maior para vigência da legislação, visto que não há estrutura para uma vigência imediata à aprovação.

A última observação da Conamp diz respeito à competência da realização de audiências pela Justiça Estadual em casos de competência da Justiça Federal, o que, para a associação, não cabe e fere o princípio da identidade física do juiz e o do juiz natural.

A matéria vem sendo tema de estudo por parte do CNJ, que lançou o projeto Audiência de Custódia, que consiste na garantia da rápida apresentação do preso a um juiz nos casos de prisões em flagrante. O CNMP também publicizou nota técnica a favor do substitutivo do PLS, o qual incorpora a sugestão de que seja estabelecido um prazo mais amplo para a apresentação física do preso ao juiz que aquele de 24 horas e/ou se preveja que situações excepcionais e devidamente comprovadas possam justificar que tal providência se dê em tempo superior ao previsto em lei.

PEC 89/2015 é inconstitucional

Nota técnica da Conamp sobre PEC 89 é aprovada em reunião do Conselho Deliberativo

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 89/2015, que trata da reforma do sistema de persecução penal, foi objeto de uma nota técnica aprovada pelo conselho deliberativo da Conamp, que se posiciona contra a proposição. A matéria teve o deputado João Campos (PSDB/GO) designado como relator na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara no último dia 24 de setembro, e, até o fechamento desta edição, estava para ser votada pelo plenário da casa.

A PEC 89/2015 cria o Juizado de Instrução e Garantias com quadros inicialmente providos por delegados de polícia. Muda a regra da colheita de provas em juízo criando a figura de um juiz distinto do que o que profere a sentença, e o mais grave: o cargo de juiz que coletará as provas poderá ser provido, sem concurso, diretamente pelo delegado de Polícia.

De acordo com a entidade, a PEC 89 afronta a norma constitucional de vedação de acesso a cargo público

específico sem concurso de provas (art. 37, II, da CF/1988), uma vez que propõe a imediata assunção dos delegados de polícia em função jurisdicional. “Concurso que, para a Magistratura Nacional, deve ter obrigatória participação da Ordem dos Advogados do Brasil (art. 93, inciso I, da CF/1988)”, afirma a Conamp.

“Ou seja, caso aprovada, a PEC autorizaria que os atuais delegados de polícia, sem concurso, optassem por se tornar juízes de instrução, o que é inconstitucional. Além disso, pretende trazer restrições ao poder investigatório do Ministério Público, numa tentativa de ressuscitar tema sepultado com a rejeição da PEC 37. Aliás, o STF, em decisão recente, corroborou o poder investigatório do MP”, pontua a presidente da Ampeb, Janina Schuenck.

Conforme a Conamp, já está em trâmite no Congresso um Projeto de Lei para alteração do Código de Processo Penal (PLS 156/09), que prevê a criação, sem as distorções trazidas pela PEC 89.

Bahia sedia encontro nacional de corregedores-gerais do MP



A Bahia foi sede da 98ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público (CNCMP) nos dias 10 e 11 de setembro. O objetivo do encontro foi contribuir para a defesa dos princípios, prerrogativas e funções institucionais do Ministério Público, incentivar a integração das Corregedorias-Gerais dos MPs e promover o intercâmbio de experiências funcionais e administrativas. A presidente da Ampeb, Janina Schuenck, participou da abertura do encontro compondo a mesa solene juntamente com a presidente da Conamp, Norma Cavalcanti. “A Ampeb se sente enaltecida pela participação no evento, que abrigou debates importantes. O Conselho Nacional de Corregedores Gerais, assim como outros colegiados que envolvem os diversos Ministérios Públicos, permite a troca de experiências e até das dificuldades enfrentadas em cada ente, contribuindo ao fortalecimento e unidade da Instituição”, afirma Schuenck. O evento contou com a presença de 24 corregedores-gerais. O vice-presidente da Ampeb, Millen Castro, a secretária-geral Patrícia Kathy Mendes e o diretor administrativo, Edmundo Reis Silva Filho, também marcaram presença na abertura do evento.

Ciclo completo de polícia é discutido em evento em Salvador

A modernização do sistema de segurança pública através da implementação do ciclo completo de polícia esteve em pauta em Salvador, no mês de setembro, durante o seminário comemorativo de 11 anos da Associação dos Oficiais Militares Estaduais da Bahia (AOPMBA) - Força Invicta. A presidente da Ampeb, Janina Schuenck, participou do evento representando a presidente da Conamp, Norma Angélica Cavalcanti.

O encontro discutiu aspectos legislativos, legais e operacionais da implantação da proposta que está em trâmite na Câmara dos Deputados e, se aprovada, agregará um conjunto de proposições que visam a unificação das polícias. O ciclo

completo permitirá que a mesma corporação policial possa executar a atividade repressiva e a certificação do delito no momento do fato, ou seja, permite uma resposta mais célere, com contato imediato com vítima, autor e testemunhas em prol da manutenção da ordem pública.

A favor da implementação do ciclo como “medida de garantia dos direitos fundamentais do cidadão e desburocratização da prestação do serviço público”, recentemente a Conamp assinou nota técnica sobre o tema juntamente com outras entidades relacionadas à área de segurança pública. Durante o evento, a presidente da Ampeb reforçou o apoio à causa.



A Câmara dos Deputados criou uma comissão especial para analisar as sete propostas de emenda à Constituição (PECs) que preveem esta alteração na organização dos órgãos de segurança no Brasil e, até o fechamento desta edição, se aguardava eleição do presidente e escolha do seu relator.

Nota



O Ministério Público brasileiro tem papel fundamental na cruzada contra a corrupção. A avaliação é da senadora Lídice da Mata (PSB), entrevistada desta edição do Ampeb em Notícias. Eleita em 2010 como a primeira mulher representando a Bahia no Senado, é enfática ao afirmar que, como principal órgão de fiscalização de todas as ações governamentais, essa atuação seja independente, “doa a quem doer”. Entre outros temas abordados, Lídice também fala sobre a PEC da redução da maioridade penal e aponta caminhos para reduzir os índices de assassinatos de jovens no país.

Ampeb Notícias - Como a sra. avalia a atuação do MP no Brasil e na Bahia?

Lídice da Mata - É uma importante instituição da democracia brasileira, que tem cumprido o seu papel de representar a cidadania e garantir a Constituição. Por isso precisamos fortalecê-lo cada vez mais.

AN - Como vê a relação do Parlamento com o Ministério Público?

LM - É uma relação de diálogo, onde somos procurados para discutir o fortalecimento do MP. Entretanto, é preciso que tanto um quanto outro se abra mais às considerações de ambos os lados.

AN - A senhora tem se posicionado contra a PEC que reduz a maioridade penal. Em sua visão, quais as consequências de se reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos?

LM - Sou contrária à redução, pois essa medida não reduzirá a violência no Brasil. Pelo contrário, acho que isso levará a uma intensificação da violência sobre os jovens brasileiros. A questão da violência não se concentra na autoria do jovem infrator. Os assassinatos, em sua maioria, são cometidos por adultos. Acho que deve haver um controle dos acessos às armas de fogo no Brasil. A violência precisa ser discutida de uma forma mais profunda. Com relação à participação dos jovens em ações violentas, isso demonstra algumas razões, como a fragilidade socioeconômica e a baixa escolaridade. Isso mostra a clara necessidade de políticas públicas que possam impedir a violência envolvendo jovens no Brasil.

AN - A senhora apresentou à Secretaria Nacional de Direitos Humanos um relatório parcial da CPI que investiga assassinatos de jovens no país. Segundo o levantamento, o número de jovens negros assassinados para cada 100 mil habitantes subiu de 60,5 em 2007 para 70,8 em 2012. Na sua avaliação, qual o caminho para minimizar esse cenário?

LM - São muitos os caminhos para reduzir os assassinatos de jovens. Não dá para apontar um só caminho. O primeiro deles é realizar uma política de inclusão socioeconômica dos jovens brasileiros, além de crianças e adolescentes. A baixa escolaridade, por sua vez, é a realidade da maioria dos jovens que cumpre medidas socioeducativas. Então, voltamos a repetir que é preciso que haja uma vinculação maior do jovem com a escola. Um país que não investe e adequa a sua educação não tem condições de combater a violência na juventude. É preciso também discutir outros atores. A lei antidroga no Brasil tem que ser

PONTO DE VISTA

revista. Não adianta prender jovens negros e de baixa renda que portam pequenas quantidades de maconha, que acabam sendo autuados por tráfico. Já com o jovem branco, isso é diferente. Eles acabam sendo classificados como usuários. Não dá para discutir a segurança no país invertendo a lógica. É preciso discutir o papel do MP, o papel dos tribunais de Justiça, o papel das polícias, do Estado brasileiro, dos governos estaduais e municipais, que devem ter seus planos estratégicos, e assim definir as políticas de Segurança Pública.

AN - A senhora é autora do projeto de lei que institui o Estatuto das Famílias, que protege, entre outros pontos, todas as estruturas familiares presentes na sociedade moderna. Se aprovado, quais os avanços que trará para a sociedade brasileira?

LM - O avanço de compreender que os direitos que a constituição da família deve ter como interesse principal a relação afetiva, e não a relação por patrimônio.

AN - Em sua visão, quais os caminhos para combater a corrupção no Brasil e como avalia a atuação do MP neste sentido?

LM - O MP tem o papel imenso de desenvolver o combate à corrupção. É o principal órgão de fiscalização de todas as ações governamentais. Portanto, deve cada vez mais buscar a transparência das instituições, doa a quem doer, tendo a sua independência garantida acima de tudo.

== DIÁLOGO INTERINSTITUCIONAL ==



Nestes primeiros meses de gestão, a presidente da Ampeb, Janina Schuenck, fez visitas estratégicas que fortaleceram o diálogo interinstitucional da Ampeb com o parlamento, a Procuradoria-Geral da Justiça e a Procuradoria-Geral da República.

No dia 2 de outubro esteve com o senador Otto Alencar (PSD/BA), o deputado João Gualberto (PSDB/BA) e a senadora Lídice da Mata (PSB/BA) tratando de projetos em trâmite no Congresso Nacional de interesse da classe.

No dia 24 de setembro, participou de visita ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, junto com membros da diretoria da Conamp e de representantes de associações estaduais do Ministério Público, ocasião em que reiterou o apoio ao novo mandato de Janot.

Em agosto, Schuenck esteve ainda com os deputados Elmar Nascimento (DEM-BA), Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) e Moema Gramacho (PT-BA), ao lado da presidente da Conamp, Norma Cavalcanti, e outros representantes do MP. No âmbito institucional, a presidente da

Ampeb foi recebida duas vezes pelo procurador-geral de Justiça, Márcio Fahel. Em junho, quando esteve acompanhada do diretor financeiro da entidade, Ricardo de Assis Andrade; o encontro teve a participação do coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal (Caocrim), promotor de Justiça Pedro Maia. E em outubro último, ocasião em que estiveram presentes os promotores Carlos Augusto Brito, Aline Curvelo, Adalvo Dourado (chefe de gabinete) e Edmundo Reis, diretor administrativo da Ampeb.

